

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

GERSON DA SILVA

Coleta Seletiva e Inclusão Social: Estudo De Caso De Londrina
Do Lixão às Cooperativas

São Paulo
2014

GERSON DA SILVA

Coleta Seletiva e Inclusão Social: Estudo De Caso De Londrina
Do Lixão às Cooperativas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas, pela Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Orientador: Eduardo José Grin

São Paulo
Abril de 2014

Dedico este estudo, no qual trabalhei com dedicação, à minha esposa e companheira Vera que sempre me estimula e aconselha a ser uma pessoa melhor cujo apoio foi fundamental para que eu concluísse este trabalho.

Aos meus filhos Matheus, Felipe e Gabriela que me apoiaram e entenderam minha ausência durante a realização deste estudo.

RESUMO

O presente estudo de caso tem por objetivo principal descrever e analisar os arranjos institucionais do programa de coleta seletiva de resíduos sólidos do município de Londrina, considerado este como estratégia de promoção à geração de trabalho e renda, inclusão social e cidadania para as pessoas envolvidas no processo, a fim de levantar elementos teóricos e empíricos que possam contribuir para o debate acerca das possibilidades da gestão participativa empreendida, essenciais para sua efetivação como política pública e sustentabilidade.

Para atingir esse propósito, mas sem esgotar o tema, que é complexo e abrangente, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: (1) Elaborar um histórico sobre a coleta seletiva em Londrina; (2) Analisar dos desafios e limitações encontrados a ser enfrentado no processo de implantação de políticas públicas; e, por fim, (3) os resultados ambientais, sociais e econômicos do programa de coleta seletiva de Londrina. O trabalho foi dividido em duas etapas: referencial teórico e análise dos resultados. A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica à dissertações, trabalhos de conclusão de curso, livros, internet e entrevistas com os responsáveis pelos projetos e lideranças dos recicladores. De acordo com os resultados obtidos, verifica-se, que atualmente o programa de coleta seletiva de Londrina tem baixa efetividade e compromete a sustentabilidade, sobretudo, pela desestruturação do sistema causada pela má gestão da administração municipal.

Palavras-chave: Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos. Política pública, Catadores. Programa de coleta seletiva.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa dos setores do programa da coleta seletiva	16
Figura 2 - Coleta com carrinho manual	17
Figura 3 - Coleta utilizando o veículo Kombi	17
Figura 4 - Coleta das "bandeiras"	18
Figura 5 – Zoneamento da Coleta Seletiva	23

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS	10
2.1 Principal	10
2.2 Específicos	10
2.3 Justificativa do estudo	10
3. METODOLOGIA	12
4. HISTÓRICO DA COLETA SELETIVA EM LONDRINA.....	13
4.1 Cobertura dos Serviços de Saneamento Ambiental	13
4.2 1ª Fase: 1996 a 2000	13
4.3 2ª Fase: 2001 a 2008	14
4.4 Fase Atual	19
4.4.1 Gestão 2009 a 2012	19
4.4.2 Gestão Atual (2013 a 2016).....	21
5. ANÁLISE DA COLETA SELETIVA EM LONDRINA	24
6. CONCLUSÃO	27
7. REFERÊNCIAS	28

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, a partir da década de 1980, viveu um período de intensa urbanização e a questão dos resíduos sólidos ganhou força nos debates sobre o saneamento no país, devido ao agravamento dos problemas socioambientais urbanos decorrentes da destinação inadequada de resíduos sólidos.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o município passou-se aos municípios a responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos sólidos.

Com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, ocorrida no Rio de Janeiro, com a formalização da Agenda 21, foi dada maior visibilidade à questão ambiental e da reciclagem que aliados a abertura de novos canais democráticos no processo de tomada de decisão no âmbito municipal, colaboraram para reestruturação dos programas de resíduos sólidos na perspectiva de uma gestão mais integrada e participativa.

Com o crescente processo de urbanização, os municípios passaram a enfrentar enormes desafios para o adequado gerenciamento dos resíduos sólidos, aumentando significativamente a necessidade de investimentos para a ampliação dos serviços de coleta, transportes e construção de novas instalações de tratamento e destinação final.

No entanto, se a competência para operação dos serviços foi descentralizada, a distribuição de recursos disponíveis para financiamento, pelo Governo Federal, não acompanhou os mesmos passos e foram reduzidos na década de 1990, segundo afirma Demajorovic (2006).

Assim, dada a complexidade da tarefa, novas prioridades foram incorporadas ao sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos e, a partir da década de 1990, surgem às primeiras iniciativas de programas de gestão

compartilhada de coleta seletiva em cidades como Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo. Este novo modelo rompe com uma visão estritamente tecnicista para uma visão mais ampla da problemática dos resíduos sólidos o qual passa a contemplar na implantação de seus programas parcerias entre governos municipais, empresas privadas e cooperativas de catadores visando à geração de trabalho e renda, inclusão social, cidadania, bem como o respeito ao meio ambiente.

De acordo com Demajorovic (2006) programas de coleta seletiva com modelo de gestão participativa propiciam benefícios socioambientais e financeiros ao valorizar o trabalho do catador gerando trabalho e renda, promovendo o resgate a cidadania, bem como ao desviar parcela de resíduos dos aterros sanitários para a reciclagem.

E ainda, segundo Singer (2002) contribui significativamente para a sustentabilidade urbana, incorporando gradativamente um perfil de inclusão social e geração de renda para os setores mais carentes e excluídos do acesso aos mercados formais de trabalho.

Mas para isto, os gestores públicos municipais, por meio dos programas de coleta seletiva, têm a responsabilidade de promover uma gestão participativa que tenha como base: fortalecer a articulação entre políticas setoriais e as ações voltadas à geração de trabalho, promover a qualificação dos trabalhadores, estimular a construção de instrumentos legais que contribuem para o fortalecimento e a sustentabilidade dos empreendimentos.

Diversos municípios têm construído políticas públicas municipais conciliando a necessidade de geração de trabalho e renda para contingentes populacionais atendidos pela política pública de assistência social e a instituições de coleta seletiva de materiais recicláveis a partir da formação e apoio a associações e cooperativas de catadores organizados na forma de empreendimentos econômicos solidário.

O breve panorama sobre a situação brasileira aqui descrita se reflete também no município de Londrina que, inspirado em algumas iniciativas de soluções interessantes que permitiram a otimização dos recursos, implementou a coleta seletiva municipal gerenciada, inicialmente, por ONGs e, atualmente, por cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Neste sentido, o trabalho de conclusão de curso se propõe a estudar o caso da coleta seletiva de Londrina e fazer uma análise do atual modelo de gestão. Pretende-se que esse trabalho tenha um cunho prático, para que pessoas interessadas e pesquisadores possam aplica-lo e difundi-lo, como um guia.

2. OBJETIVOS

2.1. Principal

O objetivo principal da presente dissertação é descrever e analisar este novo tipo de arranjo organizacional a fim de levantar elementos teóricos e empíricos que possam contribuir para o debate acerca das possibilidades da gestão participativa empreendida, essenciais para sua efetivação e sustentabilidade.

2.2. Específicos

- a) Elaborar um histórico sobre a coleta seletiva em Londrina;
- b) Analisar dos desafios e limitações encontrados a ser enfrentado no processo de implantação de políticas públicas;
- c) Os resultados ambientais, sociais e econômicos do programa de coleta seletiva de Londrina.

2.3. Justificativa do estudo

O objeto de estudo da presente dissertação - o caso da coleta seletiva em Londrina - é um exemplo de que os trabalhadores, de forma organizada, podem atuar na execução de atividades do Estado. O conjunto de organizações, cuja formação ocorreu por meio de indução do poder público municipal, à época administrada pelo Partido dos Trabalhadores, para desempenhar atividades de coleta seletiva de resíduos sólidos, deu origem ao programa “Reciclando Vidas”, que colocou a cidade de Londrina em destaque, por incluir os catadores do lixão e os que coletavam nas ruas em um processo organizado por associações de catadores através das ONGs.

Além da inclusão social e da geração de renda, o programa tem como objetivos complementares a ampliação do alcance da reciclagem na cidade e o desenvolvimento de uma estratégia que possibilite a sustentabilidade do programa e a autonomia das organizações.

Com a crise de 2008, houve a queda do preço do material reciclável, o que levou os catadores a reivindicarem junto ao poder público municipal um contrato de prestação de serviços, para manter sustentável o programa.

A gestão municipal, para atender as reivindicações dos catadores, impôs que fosse adotado o modelo de cooperativas. As ONGs foram dissolvidas e, no primeiro momento, o Ministério Público, o Conselho Municipal do Ambiente e a administração municipal defenderam que todos os recicladores deveriam se associar em uma única cooperativa. O modelo não deu certo, pois houve resistência por parte dos recicladores, obrigando a administração municipal a admitir a formação de diversas cooperativas.

A escolha do estudo de caso da coleta seletiva de Londrina ocorreu em função de que o desenvolvimento sustentável urbano, no que se refere aos resíduos sólidos se baseia em políticas públicas voltadas à redução da produção, à reutilização de resíduos e à maximização da coleta seletiva e de seu potencial de geração de renda e inclusão social dos catadores e em razão de que a política pública de resíduos sólidos no Brasil se pauta no fortalecimento da inclusão de catadores organizados em associações e cooperativas na prestação do serviço de coleta seletiva para os municípios.

3. METODOLOGIA

O trabalho foi dividido em duas etapas: referencial teórico e análise dos resultados.

Para o desenvolvimento do trabalho, foram analisados os documentos escritos da implantação da coleta seletiva disponibilizados pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina – CMTU e pela Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Londrina, e realizada pesquisa bibliográfica a dissertações, trabalhos de conclusão de curso, livros, internet e entrevistas com os responsáveis pelos projetos e lideranças dos recicladores.

Quanto aos procedimentos a pesquisa descritiva enquadra-se como um estudo de caso, com o objetivo de analisar o atual arranjo institucional da coleta seletiva na cidade de Londrina.

4. HISTÓRICO DA COLETA SELETIVA EM LONDRINA

4.1. Cobertura dos Serviços de Saneamento Ambiental

Londrina, localizado na região norte do Estado do Paraná é a terceira mais importante cidade do sul do Brasil, conta com uma população estimada de 537.566 habitantes (IBGE. 2013), praticamente urbana (97,40%), servida com 100% de água potável e 90,26% com rede de esgoto, o que a coloca como a 11ª cidade do país em termos de índice de saneamento ambiental (2013).

O serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares atende a 100% dos domicílios da área urbana. A coleta seletiva cobre 100% da área urbana, inclusive dos oito distritos rurais, com taxa aproximada de adesão da população de 50%, taxa de coleta seletiva em relação à coleta convencional de resíduos domiciliares de 5%.

Com estes índices a cidade figura como a 145ª cidade no país e 6ª no estado em termos de índice de desenvolvimento humano (2010).

4.2. 1ª Fase: 1996 a 2000

A cidade de Londrina foi governada pelo Partido dos Trabalhadores três vezes, nos anos de 1993 a 1996 e de 2001 a 2008. Ao final da primeira gestão petista, no ano de 1996, foi implantado o sistema de coleta seletiva no município, com o objetivo de promover a educação ambiental. Consistia na coleta do material reciclável, porta a porta, realizado por um caminhão carroceria com motorista e coletores do quadro da frente de trabalho (mão-de-obra temporária da prefeitura). Atendia a 10.000 residências (de um total de 150.000 domicílios). Em 2000, foi ampliada para 30.000 domicílios da região central da cidade, representando cerca de 20 % do total dos domicílios e coletava em média quatro toneladas/dia, ou seja, apenas 1 % dos resíduos sólidos domiciliares gerados no município.

O Partido dos Trabalhadores não elegeu sucessor e na gestão seguinte a coleta seletiva não avançou.

4.3. 2ª Fase: 2001 a 2008

Com o retorno do PT à administração municipal, promoveram-se mudanças na gestão dos serviços públicos da cidade e na gestão dos resíduos sólidos. Foi constituído um grupo de trabalho integrado por diversas secretarias (Secretarias da Fazenda, SEMA, Obras, CMTU, e da Companhia de Desenvolvimento de Londrina – CODEL) que propôs a terceirização da coleta regular e a municipalização da coleta seletiva.

Na licitação da limpeza pública que teve início em 2001 e término em 2003, optou-se por um modelo de contratação da coleta regular de lixo, por preço global, ou seja, coleta não remunerada por tonelada coletada.

Com o programa “Reciclando Vidas” deu-se início ao processo de inclusão social dos catadores, quando a gestão petista estimulou os catadores a se organizarem em ONGs, promovendo um processo de descentralização da coleta seletiva e a formalização institucional da atividade.

O “Reciclando Vidas” começou com a retirada de 120 catadores que trabalhavam no lixão, por ação do Ministério Público, e a assinatura de um Termo de Ajustamento para a sua incorporação na coleta seletiva e o compromisso da transformação do lixão num aterro controlado.

Para atender a esta demanda, a prefeitura decidiu ampliar a coleta seletiva para uma área de abrangência de 50.000 residências, de um total de 150 mil no município. Entretanto, o programa a ser implantado pela prefeitura não contemplava a participação dos catadores de rua o que provocou uma forte reação de reivindicação por parte dos mesmos e demandou um processo de negociação no sentido de também integrá-los ao programa.

Como resultado formou-se um grupo inicial composto de 20 catadores do lixão e 30 carrinheiros que fundaram a primeira ONG para trabalhar na central de triagem em parceria com a prefeitura, avaliando-se que o melhor formato jurídico inicial para estes grupos seria o de ONGs, para evitar encargos trabalhistas, a Lei de Licitações e os riscos advindos de mudanças políticas.

Os catadores que continuavam atuando nas ruas uniram-se e também se organizaram-se em grupos e, por iniciativa própria, passaram a reivindicar centrais próximas às suas residências e às áreas nas quais atuavam coletando os materiais recicláveis.

Esta pressão dos grupos organizados ocasionou a descentralização gradativa do programa com a criação em 2001 de 13 ONGs reunindo 238 pessoas, entre catadores e alguns moradores do bairro; em 2002, 10 ONGs com 186 pessoas; em 2003 duas novas ONGs, totalizando 42 pessoas; e em 2004, uma ONG com 8 pessoas.

Para a operacionalização da coleta, a administração municipal demarcou a área do entorno do centro de Londrina, que corresponde a 80% das residências da cidade, subdividindo-a em setores distribuídos entre os grupos, evitando desta forma a competição entre as ONGs pelas mesmas áreas e os grupos organizados ficaram responsáveis pela coleta, triagem e comercialização do material reciclável.

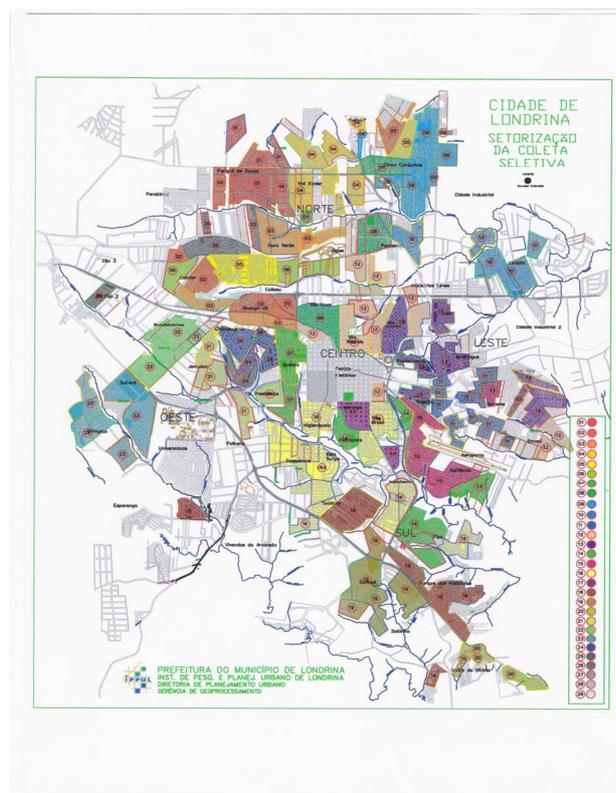


Figura 1 – Mapa dos setores do programa da coleta seletiva

O critério da distribuição dos setores foi o de proximidade de moradia dos catadores e outro fator foi o da quantidade de pessoal de cada associação. A prefeitura oficializou o novo programa de coleta seletiva apresentando os catadores em cada domicílio por intermédio de oito funcionários. Nessa abordagem, os funcionários acompanharam os catadores e, juntos, informaram à população sobre os benefícios ambientais da coleta seletiva e a possibilidade de geração de renda para o pessoal envolvido.

Os catadores passaram a realizar a coleta, porta a porta, com carrinhos e sacos plásticos verdes de 100 litros para armazenamento dos recicláveis, fornecidos pela prefeitura, mantendo um contato direto com a população.

Apesar de não haver uma regulamentação dos serviços de coleta seletiva com a inclusão de catadores no município, eles ficaram responsáveis em divulgar por meio da abordagem direta com o morador a forma de segregação dos resíduos e a frequência da coleta, entregando para tanto folhetos orientativos.

Demorou cerca de dois anos para que se criasse um vínculo de solidariedade entre a população e esses recicladores. Da solidariedade surgiu o hábito da separação dos materiais recicláveis, e a certeza da destinação do seu esforço diário em separar e em alguns casos até lavando os materiais.

A coleta das ONGs era feita de forma variada, com veículos motorizados, carrinhos de mão e carroças de tração animal. Em 2005, grande parte das ONGs já substituiu a coleta com carrinhos e carroças por coleta com veículos do tipo Kombi.



Figura 2 - Coleta com carrinho manual



Figura 3 - Coleta utilizando o veículo Kombi

O material reciclado coletado pelos catadores, era estocado em alguns pontos estratégicos que passaram a ser denominados "bandeiras", onde eram recolhidos por caminhões baús da prefeitura, equipados com um motorista e dois ajudantes, e transportados até as unidades de triagem de cada associação.



Figura 4 - Coleta das "bandeiras"

Em 2002, por demanda das ONGs e com o apoio da prefeitura, membros de 20 associações foi criado o Conselho das Organizações dos Profissionais da Reciclagem e constituíram uma nova associação denominada CEPEVE – Central de Pesagem e Vendas, que ficou responsável pela comercialização conjunta de alguns dos materiais coletados, aumentando o poder de negociação dos materiais. O Conselho congregava representantes eleitos de todas as ONGs, e uma Diretoria Executiva, e tinha como finalidades principais: 1) viabilizar as ações que estimulem a revalorização dos materiais de pós -consumo, 2) reforçar atitudes associadas com a preservação ambiental e a inclusão social dos profissionais de reciclagem de resíduos sólidos: 3) propor à Administração Municipal uma programação de ações visando a educação ambiental e a valorização de ações praticadas pelas ONGs; 4) propor critérios e fiscalizar as programações e execuções orçamentárias do município de Londrina quanto à Limpeza Pública; 5) analisar e referendar os critérios de celebração de contratos

ou convênios e 6) coordenar processo de unidade de ações entre os seus associados visando agregar valor aos produtos reciclados. É uma instância de discussão de problemas, de busca de alternativas e oportunidades para o grupo de entidades e que faz a interlocução das organizações junto à prefeitura.

Com a criação da Central, a prefeitura passou a promover o transporte dos materiais reciclados dos galpões de triagem das ONGs até a CEPEVE, para a comercialização conjunta.

A eficácia do sistema de coleta pode ser verificada pela taxa de recuperação dos materiais recicláveis passou de quatro toneladas/dia (1%), em 2000, para 120 toneladas/dia (26 %), em 2008.

O programa manteve os PEVs (Postos de Entrega Voluntária) que haviam sido instalados em escolas e áreas públicas antes da nova modalidade de coleta seletiva com a inclusão de catadores. O novo programa não estimulava a coleta através dos PEVs ou de campanhas esporádicas, por entender que a conscientização realizada com contato regular e direto com a população resulta em mudanças de atitudes de forma mais eficaz e duradoura do que por meio de campanhas e premiações.

4.4. Fase atual

4.4.1. Gestão 2009 a 2012

Em 2009, esse modelo de coleta seletiva em Londrina foi reorganizado. O Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA) e a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente passaram a defender a proposta de que todos os recicladores deveriam se associar em uma única cooperativa. Dessa forma, a prefeitura contrataria a cooperativa criada para realizar o serviço de coleta seletiva da cidade.

A administração municipal, acolhendo a proposta, instituiu um novo programa de coleta seletiva, denominado “Programa Londrina Recicla”, decretando que o serviço de coleta de resíduos recicláveis seria realizado por cooperativas de catadores.

Com a edição do Decreto Municipal 829/2009, o município institucionalizou o novo modelo, impondo aos catadores que se organizassem em cooperativas para continuar atuando na coleta seletiva, sem, no entanto prepará-los, para este novo modelo.

Inicialmente, apenas uma cooperativa foi constituída, a Coopersil, em setembro de 2009, reunindo catadores de 14 ONGs. Em abril de 2010, a administração pública firmou contrato com a mesma, passando a remunerar o trabalho da coleta seletiva.

No novo modelo, as cooperativas eram remuneradas considerando-se seis itens: a) número de visitas a domicílios; b) toneladas de lixo reciclado; c) custeio das demandas administrativas, como água, luz, aluguel e telefone; d) transbordo, que inclui a coleta e o transporte do lixo até os barracões; e) recolhimento do INSS; e f) aluguel integral dos barracões.

A Coopersil ficou responsável pela coleta em 95.000 domicílios, e as demais ONGs, vinculadas à Cepeve, com a responsabilidade por mais 95 mil domicílios, dos quais conseguiam atender 20 mil, a maioria menos de uma vez por mês.

A coleta seletiva em Londrina, que já havia sido referência nacional, passou a viver uma situação extremamente crítica. Apenas pouco mais da metade da cidade continuou a ter o material reciclável coletado, porta a porta, com certa regularidade.

Em julho de 2011, uma nova cooperativa, a Cooprelon, firma contrato com a administração municipal, passando a coletar material reciclável em 55.000 domicílios, ampliando a cobertura da coleta seletiva na cidade.

Somente em fevereiro de 2012, o mais antigo grupo de trabalhadores da coleta seletiva de Londrina, vinculados à Cepeve, constituíram sua cooperativa, a Coocepeve, e firmaram contrato, por noventa dias, com a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), para realizar o serviço de coleta seletiva em aproximadamente 30.000 residências.

No mês de maio de 2012, a Prefeitura de Londrina rompeu o contrato com a empresa que transportava o material reciclado das “bandeiras” para os barracões da Coocepeve, desestruturando o serviço de coleta seletiva da cidade. O trabalho de transbordo passou a ser efetuado por dois caminhões da Companhia de Trânsito e Urbanização – CMTU, que trabalham em turno único. Por contar apenas com um motorista, sem ajudante, os caminhões que atendiam à Coocepeve obrigava os catadores a coletar e levar os sacos com material reciclável para o ponto de coleta (bandeira), carregar o caminhão, levar até o barracão, descarregar e voltar para o bairro para dar sequência na coleta.

Ao término da gestão, a coleta seletiva era realizada por duas cooperativas e pela CMTU, que mesmo com contratos remunerando os serviços, atendiam a pouco mais da metade das residências da cidade, que somavam aproximadamente 216.691 domicílios na área urbana, e coletavam diariamente 30 toneladas/dia de materiais recicláveis.

4.4.2. Gestão Atual (2013 a 2016)

Ao assumir, a atual gestão municipal manteve o modelo de coleta seletiva nos mesmos moldes em que era executada, celebrando contratos com três cooperativas: a) Cooper Região, que coletava em 78.540 domicílios; b)

Cooperoeste, que coletava em 83.151 domicílios; e c) Coocepeve, que coletava em 55.000 domicílios.

A Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU, julho de 2013, rescindiu o contrato com a Cocepeve, que fazia a coleta seletiva em 55 mil domicílios da cidade, devido a diversas irregularidades encontradas na Cooperativa (barracão fechado, coleta incompleta em determinados bairros, tratamento diferenciado dos cooperados, etc.). Os domicílios que eram atendidos pela Coocepeve foram distribuídos entre as Cooperativas Cooper Região e Cooperoeste.

Com o objetivo de reduzir custos, a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU, em setembro de 2013, cortou a entrega de sacos verdes para as Cooperativas distribuírem nas residências, sacos estes utilizados pela população, há 12 anos, para armazenar os resíduos recicláveis.

Com o fim dos sacos verdes, o vínculo de parte da população com a coleta seletiva se rompeu, causando uma queda na coleta de aproximadamente 50%, segundo estimaram as cooperativas.

A partir de janeiro de 2014, a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU aumentou do número de cooperativas envolvidas no sistema de coleta seletiva, passando de duas para cinco cooperativas, ampliando a área de cobertura da coleta seletiva, que passou a incluir a área urbana dos oito distritos rurais, abrangendo 100% da cidade.

A coleta seletiva passou a atender 219.793 domicílios, assim distribuídos: Cooper Região, 88.319 domicílios; Cooperoeste, 65.499 domicílios; Coocepeve, 23.864 domicílios; Cooper Refum, 18.806 domicílios; e Cooper Mudança, 23.305 domicílios.

A forma de remuneração dos serviços também foi alterada. As Cooperativas passaram a ser remuneradas com base em três itens: a) parte do

aluguel dos barracões, proporcional aos domicílios atendidos; b) ressarcimento dos valores dispendidos com o pagamento do INSS dos cooperados; e c) pela quantidade de lixo reciclado.

Outra medida adotada pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU foi a divisão da cidade em cinco partes, distribuídas entre as cooperativas de acordo com o número de cooperados.

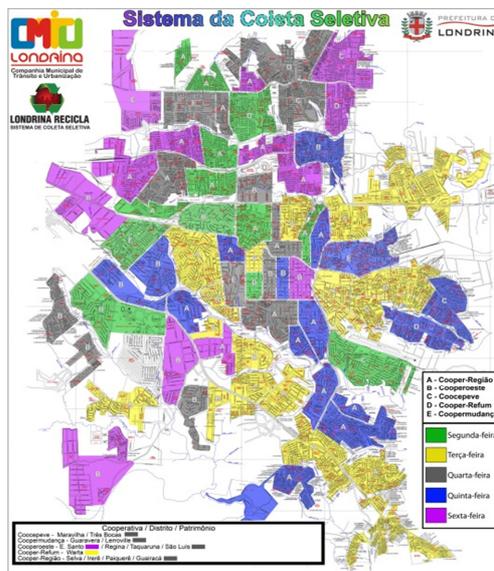


Figura 5 – Zoneamento da Coleta Seletiva

A CMTU justificou que com as alterações promovidas pretende aumentar a coleta de recicláveis de 20 toneladas diárias para 120 toneladas diárias. O salto seria de 5% para 30% das cerca de 400 toneladas de lixo doméstico gerado no Município.

5. ANÁLISE DA COLETA SELETIVA EM LONDRINA

Na primeira fase da coleta seletiva em Londrina, constata-se o baixo índice de material reciclável coletado, ocasionado, entre outros fatores, pela pequena abrangência da coleta e adesão da população, justificada principalmente pela falta de frequência da coleta, pois, por diversas vezes, o caminhão necessitava de manutenção e não havia veículo reserva para cumprir o compromisso de buscar o material selecionado, o que desestimulava a participação.

As mudanças promovidas pela gestão petista, na segunda fase da coleta seletiva de Londrina, apresentaram alguns aspectos inovadores, entre os quais destaca-se a contratação de coleta de lixo domiciliar por preço global. Esta lógica de contratação se contrapõe à da maioria dos municípios brasileiros que contratam a coleta por tonelada na qual quanto mais lixo é coletado, maior o lucro da empresa.

O contrato por preço global também é responsável pelos altos índices de coleta seletiva alcançados em Londrina, uma vez que estimula uma logística reversa, na qual passa a interessar à empresa que realiza a coleta a redução dos resíduos coletados.

Um outro aspecto inovador na coleta seletiva de Londrina foi o real empenho da administração em estruturar um modelo que caminhou para a autonomia das ONGs com relação à coleta seletiva de resíduos do município, com inclusão social e geração de renda, permitindo a ampliação da taxa de cobertura de 20 %, em 2000, para 100 % já em 2005, taxa que se manteve até o término da gestão, cumprindo a coleta seletiva, também, com sua função ambiental.

É importante destacar que a modalidade de coleta seletiva viabilizou a retirada dos catadores do lixão, evitando que continuassem trabalhando em condições precárias de higiene.

A coleta seletiva, porta a porta, possibilitou a divulgação do programa e a educação ambiental, que ocorreram pelo contato diário do catador com a população, garantindo a destinação adequada dos materiais recicláveis, aumentando a credibilidade do programa, que foi comprovado pelo índice da taxa de adesão da população que variou de 30 %, em 2001, para mais de 75%, em 2008. O contato direto do catador com a população proporcionou uma mudança de valores e de comportamentos de forma permanente e despertou espírito de participação e solidariedade.

A organização da coleta por meio de setores proporcionou um monitoramento mais eficaz dos serviços de coleta seletiva pelo setor público, elevando o nível de responsabilidade das associações, bem como a descentralização das unidades de triagem e a sistemática dos pontos de acúmulo de materiais em "bandeiras" contribuíram para redução das distâncias percorridas pelo transporte empregado pelo setor público e, conseqüentemente, do custo da coleta seletiva.

Apesar das virtudes, o modelo de gestão da coleta seletiva enfrentou dificuldades, em especial no que diz respeito aos problemas de relacionamento entre as ONGs e entre os integrantes dos grupos e a não remuneração, por parte do poder público, da prestação do serviço de coleta.

Na gestão petista (2001/2008) a coleta seletiva de Londrina se tornou referência nacional pelo modelo inovador de gestão, que proporcionou a inclusão social dos catadores, com geração de renda e respeito à autonomia de suas organizações, bem como no aspecto ambiental na medida em que, no final da gestão (2008), o sistema de coleta seletiva se mostrava altamente eficiente, coletando 120 toneladas/dia de material reciclável, que representava 26% do lixo doméstico da cidade, garantindo a Londrina destaque nacional como a cidade que detinha o maior índice de reciclagem de resíduos sólidos.

As duas últimas gestões municipais adotaram o modelo de cooperativas para a gestão da coleta seletiva de Londrina. O novo sistema, com a

remuneração das cooperativas, por meio da celebração de contratos de prestação de serviços, resultou na profissionalização das organizações dos catadores, melhorou as condições de trabalho e propiciou o aumento de renda dos catadores.

Por outro lado, a explosão na geração de resíduos, motivada pelo aumento do consumo, somados à precarização do sistema com o novo modelo adotado, mostrou que a capacidade da população de gerar resíduos e separá-los para a reciclagem era muito maior do que a capacidade operacional da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) de controlar o sistema. Com a desorganização da coleta seletiva, muitos catadores abandonaram as cooperativas e a cidade que foi modelo na coleta seletiva e ganhou reconhecimento internacional passou a sofrer com problemas decorrentes da falta de gestão do órgão ao qual cabe este papel.

A coleta porta a porta, com distribuição dos sacos, estabeleceu um forte vínculo entre a população e os catadores, vínculo este que não poderia ter sido desfeito. O fim da distribuição dos sacos verdes representou um grande retrocesso no processo de coleta seletiva da cidade.

A cidade de Londrina que foi considerada referência nacional e premiada por sua eficiência na coleta seletiva, sofre com a desestruturação e má gestão do sistema. Segundo a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU, apenas 5% do lixo doméstico é reciclado na cidade (dados de março/2014), enquanto 450 toneladas são levadas para a Central de Tratamento de Resíduos (CTR).

6. CONCLUSÃO

O Programa de Coleta Seletiva de Londrina “Reciclando Vidas”, na gestão petista (2001/2008), representou uma mudança no padrão de gestão dos resíduos sólidos e um exemplo muito elucidativo das possibilidades de obter resultados relevantes em programas municipais de coleta seletiva em parceria com catadores de materiais recicláveis organizados.

Os resultados alcançados pelo programa foram significativos em relação a todas as dimensões, merecendo destaques a inclusão social de mais de 500 catadores e os impactos positivos na contribuição da qualidade ambiental da cidade.

A má gestão do programa, pelas administrações seguintes, fizeram com que a coleta seletiva de Londrina regredisse aos patamares iniciais do programa, causando enormes prejuízos às organizações dos catadores e, principalmente, à população, na medida em que deixa de acreditar na efetividade das ações governamentais e permite que a cidade aumente seu passivo ambiental, depositando no CTR resíduos que poderiam ser reciclados, gerando renda para os catadores.

A efetividade e sustentação do programa, ao longo do tempo, exige que o poder público municipal transforme a coleta seletiva numa política pública.

7. REFERÊNCIAS

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO – CMTU. Coleta de Resíduos Recicláveis (Coleta Seletiva). 2014. Disponível em: <http://www.cmtuld.com.br/index.php/diretoria-de-operacoes/coleta-seletiva>.

DEMAJOROVIC, J. Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos face à lógica do mercado. 2006. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT11/jacupes_demajorovic.pdf. >. Acesso em: 21 mai 2014.

FUNDACIÓN AVINA. Contratação pública municipal de uma cooperativa de catadores: o caso da Cooper Região – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Metropolitana de Londrina - PR. Salvador: Inspirarideias. 2012. Disponível em: http://www.cataacao.org.br/wp-content/uploads/2012/11/Contrata%C3%A7%C3%A3o-P%C3%ABblica-de-Cooperativa-de-Catadores_S%C3%A9rie-CATA-A%C3%87%C3%83O.pdf.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. Caderno Estatístico Município De Londrina. Dezembro 2013. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87970>.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Ranking do Saneamento. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/pdfs/ranking-100cidades.pdf>.

JACOB, P. Org. Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social. São Paulo: Annablume. 2006.

JORNAL DE LONDRINA. Reportagem publicada em 24/07/2009. Disponível em: <http://www.jornaldelondrina.com.br/online/conteudo.phtml?id=908450>.

JORNAL DE LONDRINA. Reportagem publicada em 04/03/2010. Disponível em: <http://www.jornaldelondrina.com.br/online/conteudo.phtml?tl=1&id=979503&tit=Coopersil-e-contratada-para-a-coleta-seletiva>.

JORNAL DE LONDRINA. Reportagem publicada em 20/01/2012. Disponível em: <http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?id=12852>
<http://www.jornaldelondrina.com.br/online/conteudo.phtml?id=1214815>.

JORNAL DE LONDRINA. Reportagem publicada em 10/08/2012. Disponível em: <http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?id=1285229>.

JORNAL DE LONDRINA. Reportagem publicada em 03/02/2013. Disponível em: <http://www.jornaldelondrina.com.br/online/conteudo.phtml?id=1341458>.

JORNAL DE LONDRINA. Reportagem publicada em 05/12/2013. Disponível em: <http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?id=1430759>.

JORNAL DE LONDRINA. Reportagem publicada em 08/01/2014. Disponível em: <http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?id=1438159>.

LIMA, Rosimeire Suzuki. Dissertação de Mestrado. Implantação de um Programa de Coleta Seletiva Porta a Porta com Inclusão de Catadores: Estudo de Caso em Londrina-Pr. Uel-PR. 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/engesp/portal/pages/arquivos/dissertacao/29.pdf>.

LIMA, Rosimeire Suzuki. Resíduos sólidos domiciliares: um programa de coleta seletiva com inclusão social. Brasília: Ministério das Cidades, 2007. Disponível em: <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/residuos-solidos-domiciliares-um-programa-de-coleta-seletiva-com-inclusao-social.pdf>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/londrina_pr.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 81-126.